



ANS N° 41799-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

INTERBRASIL ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE LTDA
Avenida dos Autonomistas, 896 - Anexo 900 Conj. 1211 - Vila Yara - Osasco/SP

Companhia: **INTERBRASIL ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS DE SAUDE LTDA**
CNPJ Nº 11.980.614/0001-01
Registro ANS Nº 41799-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo do exercício de 2023 a INTERBRASIL ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS DE SAUDE LTDA (“INTERBRASIL SAUDE”) reafirmou seu compromisso com todos os players da sua área de atuação (beneficiários, empresas parceiras, colaboradores e acionistas), prezando sempre por desenvolver negócios que estimulem a valorização do mercado de saúde suplementar no Brasil, focada na entrega de valor aos clientes finais.

A seguir, são relatadas algumas informações julgadas relevantes pela companhia, seguindo as recomendações emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, vejamos:

a) Política de destinação de lucros / superávits / sobras:

Os dividendos serão realizados observando a Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. A companhia não realizou distribuição de dividendos, sopesando o registro de resultado acumulado negativo de R\$ 3.117.512,96. A companhia permanece com a premissa de alavancagem do mercado de saúde suplementar que é um dos principais desafios, firmando novas parcerias no fechamento e administração de contratos coletivos empresariais, com a utilização de tecnologia na administração destes contratos.

b) Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da sociedade/entidade e/ou no resultado do exercício:

Como fato relevante deste exercício, convém destacar que a INTERBRASIL SAÚDE iniciou a operacionalização de novos contratos representados e estipulados, ampliando seu escopo efetivo de atuação e sua carteira de beneficiários, fechando o exercício com o total de 6.224 vidas.

A INTERBRASIL SAÚDE segue crescendo com uma cultura organizacional que contribui para o alcance dos resultados e negócios sociais, fortalecendo a eficiência nos serviços prestados às pessoas jurídicas contratantes de planos de saúde e no atendimento ao beneficiário final com proximidade e responsabilidade, não abrindo mão do uso de novas tecnologias, sendo este o pilar de sua estratégia de crescimento e eficiência.

No que tange ao resultado do exercício de 2023 (Desempenho Econômico-Financeiro), a administração acredita que o caminho para a excelência está na

transformação dos resultados futuros, bem como nas parcerias firmadas mediante novos contratos.

Ademais, seguem ainda algumas considerações de alguns resultados importantes:

i. Receita Líquida

A Receita Líquida da operadora em 2023, foi de R\$ 5.266.125,38 com saldo deficitário do Resultado Líquido, de R\$ 2.371.410,70. Esse resultado é fruto de uma política da administração de abertura de novos mercados, investimentos em novas tecnologias que possibilitam alavancar a quantidade de vidas assistidas na carteira de beneficiários, bem como a consolidação das atividades da companhia em outras regiões do país.

ii. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram o montante de R\$ 7.426.166,36, representando um comprometimento de 141,02% da receita líquida das operações com planos de assistência à saúde.

A empresa não possui ocorrência de operações suspeitas que tenha a necessidade informar ao Conselho de Controle de Atividade Financeiras - COAF, conforme determina o inciso III do artigo 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

iii. Resultado Financeiro

O resultado financeiro do ano totalizou despesa de R\$ 211.928,29, um pouco acima do registrado no ano anterior em despesas financeiras.

iv. Lucro Líquido

Não houve lucro líquido registrado em 2023, na direção da busca da excelência nos negócios, a companhia registrou um déficit de R\$ 2.371.410,70.

É possível um maior detalhamento dos resultados através da leitura das **notas explicativas** que complementam as demonstrações contábeis do último exercício.

c) Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto:

Em outubro de 2022, a ANS deferiu o processo de autorização para assunção de controle societário da companhia, que passou a ser exercido pela InterBrasil Health S.A, hoje, Grupo Fiibo S.A. Importa mencionar ainda que a administração da companhia continua sendo exercida por Andréa Oliveira da Costa Almeida - DIRETORA DE OPERAÇÕES.

d) Perspectivas e planos da administração para o exercício de 2024:

A administração da companhia determina para o exercício de 2024 uma maior participação da INTERBRASIL SAÚDE no mercado de saúde suplementar, com a ampliação de sua carteira de clientes, projetando uma amplitude de sua atuação no fechamento dos contratos coletivos empresariais, primando sempre pelos melhores benefícios ao cliente final, sempre em atendimento às premissas regulatórias da ANS. Como desafios para 2023, destacam-se os seguintes pontos:

- i. Expandir os modelos de negócios relacionados aos contratos empresariais;
- ii. Desenvolver ações de *compliance* e Governança Corporativa, dando maior segurança aos controles internos e mitigando futuras perdas;
- iii. Investir cada vez mais em tecnologias e no desenvolvimento de sistemas que entreguem maior valor ao nosso cliente;
- iv. Fixar no mercado como Operadora referência na modalidade de atuação (Administradora de benefícios).

Em linhas gerais, cabe ressaltar que a expectativa da companhia é de crescimento exponencial a partir do 2º trimestre de 2024.

e) Descrição dos principais investimentos realizados:

Durante o ano de 2023, a INTERBRASIL SAÚDE manteve seus investimentos em tecnologia por meio de alocação de recursos pelos principais acionistas e, com isso, verificou-se a necessidade de racionalizar os custos operacionais, seguindo as diretrizes de transparência com mercado e atendimento com qualidade ao cliente. Na “INTERBRASIL SAÚDE”, temos uma gestão responsável, transparente, cuidadosa e, acima de tudo, focada na sustentabilidade.

f) Outras informações:

Ressalta-se que não foram firmados acordos de acionistas no período, não houve emissão de debêntures e não foram realizados investimentos da companhia em sociedades coligadas.

Destaca-se que a “INTERBRASIL SAÚDE” cumpre o compromisso de se relacionar de forma ética com os seus clientes (empresas e beneficiários), alinhada aos atos normativos editados pela ANS, utilizando as melhores práticas de Governança Corporativa, em consonância a Resolução Normativa



RN Nº 518/2022, que dispõe sobre a adoção de práticas mínimas de governança, com ênfase nos controles internos e na gestão dos riscos, para fins de solvência das operadoras de planos de assistência à saúde.

Por fim, a Administração, por sua representante legal junto à ANS, reitera seu compromisso e ratifica a confiança no modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas alcançadas no exercício de 2023, resultam de um trabalho de quem conhece o mercado de planos de saúde, além do conjunto das forças de pessoas inspiradas e engajadas.

A todos os colaboradores, parceiros de negócios, prestadores de serviços e, principalmente, aos clientes que foram fiéis durante essa jornada de 2023, o nosso muito obrigado.

Fortaleza/CE, 31 de dezembro de 2023.

ANDREA OLIVEIRA DA
COSTA
ALMEIDA:80115330372

Assinado de forma digital por
ANDREA OLIVEIRA DA COSTA
ALMEIDA:80115330372
Dados: 2024.03.27 15:58:45
-03'00'

Andrea Oliveira Da Costa Almeida
Diretora Operacional e Representante Legal
junto à ANS



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2023



INTERBRASIL ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE LTDA
CNPJ: 11.980.614/0001-01
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 2023 e 2022
(em reais)



	NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		3.414.815,89	3.854.514,41
Disponível	5	622.065,16	5.879,89
Realizável		2.792.750,73	3.848.634,52
<u>Aplicações Financeiras</u>	6	50.000,00	720.047,35
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas		0,00	670.047,35
Aplicações Livres		50.000,00	50.000,00
<u>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</u>	7	1.365.758,46	2.642.675,33
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		1.365.758,46	2.642.675,33
Créditos Tributários e Previdenciários	8	42.956,04	34.164,41
Bens e Títulos a Receber	9	1.325.665,51	437.572,07
Despesas Antecipadas		8.370,72	14.175,36
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.070.121,09	2.104.900,23
Imobilizado	10	1.984.133,64	1.988.597,90
<u>Imóveis de Uso Próprio</u>		1.841.000,00	1.841.000,00
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		1.841.000,00	1.841.000,00
<u>Imobilizado de Uso Próprio</u>		122.248,64	126.712,90
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		122.248,64	126.712,90
Outras Imobilizações		20.885,00	20.885,00
Intangível	11	85.987,45	116.302,33
TOTAL DO ATIVO		<u>5.484.936,98</u>	<u>5.959.414,64</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Andrea Oliveira da Costa Almeida
Diretora Operacional e Representante Legal junto à ANS

SERGIO DE MELO DUARTE:24460613387
3387

Assinado de forma digital
por SERGIO DE MELO
DUARTE:24460613387
Dados: 2024.04.08
10:00:08 -03'00'

Sérgio de Melo Duarte
CPF 244.606.133-87
CRC CE009566/O-5



INTERBRASIL ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE LTDA
CNPJ: 11.980.614/0001-01
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 2023 e 2022
(em reais)



	NE	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		1.738.555,34	3.707.423,28
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	12	1.385.306,97	2.477.426,69
Débitos de Operações de Administração de Benefícios		1.385.306,97	2.477.426,69
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	102.824,28	90.208,72
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	5.268,58	808.054,13
Débitos Diversos	15	245.155,51	331.733,74
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		15.975,76	1.017.620,97
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		5.029,06	25.010,58
Parcelamento de Tributos e Contribuições		5.029,06	25.010,58
Tributos e Contribuições Rel. a IN 20 (Cooperativas) - Parcelamento			
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		0,00	965.940,86
Débitos Diversos	16	10.946,70	26.669,53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	3.730.405,88	1.234.370,39
Capital Social / Patrimônio Social	17.1	2.068.156,00	1.708.867,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	17.2	4.776.331,62	359.288,50
Reservas		3.431,22	3.431,22
Reservas de Capital/Reservas Patrimoniais		3.431,22	3.431,22
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		-3.117.512,96	-837.216,33
Lucros Acumulados		911.915,36	911.915,36
(-) Prejuízos Acumulados		-4.029.428,32	-1.749.131,69
TOTAL DO PASSIVO		<u>5.484.936,98</u>	<u>5.959.414,64</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Andrea Oliveira da Costa Almeida
Diretora Operacional e Representante Legal junto à ANS

SERGIO DE MELO Assinado de forma digital
DUARTE:2446061 por SERGIO DE MELO
3387 DUARTE:24460613387
Dados: 2024.04.08
10:02:51 -03'00'

Sérgio de Melo Duarte
CPF 244.606.133-87
CRC CE009566/O-5



INTERBRASIL ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE LTDA
CNPJ: 11.980.614/0001-01
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios findos em 2023 e 2022
(em reais)



	NE	2023	2022
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		5.266.125,38	4.509.395,54
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		5.627.588,12	4.836.099,24
Receitas com Administração		5.627.588,12	4.836.099,24
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		-361.462,74	-326.703,70
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		5.266.125,38	4.509.395,54
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		13.725,32	75.371,92
Outras Receitas Operacionais		13.725,32	75.371,92
RESULTADO BRUTO		5.279.850,70	4.584.767,46
Despesas de Comercialização		-3.986.086,08	-1.383.690,02
Despesas Administrativas		-3.440.080,28	-3.384.996,87
Outras Despesas Operacionais		-13.166,75	0,00
<u>Resultado Financeiro Líquido</u>		<u>-211.928,29</u>	<u>-201.613,17</u>
Receitas Financeiras		144.241,71	42.421,57
Despesas Financeiras		-356.170,00	-244.034,74
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		-2.371.410,70	-385.532,60
RESULTADO LÍQUIDO	18	<u>-2.371.410,70</u>	<u>-385.532,60</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Andrea Oliveira da Costa Almeida
Diretora Operacional e Representante Legal junto à ANS

SERGIO DE MELO Assinado de forma digital
DUARTE:244606 por SERGIO DE MELO
DUARTE:24460613387
13387 Dados: 2024.04.08
10:10:45 -03'00'

Sérgio de Melo Duarte
CPF 244.606.133-87
CRC CE009566/O-5



INTERBRASIL ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE LTDA
CNPJ: 11.980.614/0001-01
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 2023 e 2022
(em reais)



Histórico	Capital/ Patrimônio Social	Reservas de Capital/ Patrimoniais	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Ajuste de Exercícios Anteriores	Lucros Acumulados	Realização do Lucro Líquido	Total
Saldo em 31.12.2020	105.000,00	1.093.014,38	0,00	0,00	-586.161,92	77.944,27	0,00	689.796,73
Aumento de Capital	1.282.000,00							1.282.000,00
Adto para Aumento de Capital		-771.147,87						-771.147,87
Ações em Tesouraria			-51.450,00					-51.450,00
Ajustes de Exercícios Anteriores					6.011,08			6.011,08
Lucro Líquido do Exercício						68.624,49	-3.431,22	65.193,27
Reserva legal				3.431,22				3.431,22
Saldo em 31.12.2021	1.387.000,00	321.866,51	-51.450,00	3.431,22	-580.150,84	146.568,76	-3.431,22	1.223.834,43
Aumento de Capital	321.867,00							321.867,00
Adto para Aumento de Capital		37.421,99						37.421,99
Ações em Tesouraria			51.450,00					51.450,00
Ajustes de Exercícios Anteriores					-14.670,43			-14.670,43
Lucro Líquido do Exercício						-385.532,60		-385.532,60
Saldo em 31.12.2022	1.708.867,00	359.288,50	0,00	3.431,22	-580.150,84	-253.634,27	-3.431,22	1.234.370,39
Aumento de Capital	359.289,00							359.289,00
Adto para Aumento de Capital		4.417.043,12						4.417.043,12
Ajustes de Exercícios Anteriores					91.114,07			91.114,07
Lucro Líquido do Exercício						-2.371.410,70		-2.371.410,70
Saldo em 31.12.2023	2.068.156,00	4.776.331,62	0,00	3.431,22	-580.150,84	-2.533.930,90	-3.431,22	3.730.405,88

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Andrea Oliveira da Costa Almeida
Diretora Operacional e Representante Legal junto à ANS

SERGIO DE MELO Assinado de forma digital
DUARTE:244606 por SERGIO DE MELO
13387 DUARTE:24460613387
Dados: 2024.04.08 10:13:49
-03'00'

Sérgio de Melo Duarte
CPF 244.606.133-87
CRC CE009566/O-5



INTERBRASIL ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE LTDA
CNPJ: 11.980.614/0001-01
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
Exercícios findos em 2023 e 2022
(em reais)



	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	17.330.423,86	10.240.784,92
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	17.362.680,11	11.227.816,72
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	3,71	0,06
(+) Outros Recebimentos Operacionais	3.273.787,84	1.059.998,59
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	13.658.112,09	7.967.247,69
(-) Pagamento de Comissões	2.723.016,26	620.874,00
(-) Pagamento de Pessoal	595.719,72	431.943,02
(-) Pagamento de Pró-Labore	195.098,17	315.308,53
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	808.899,20	148.033,23
(-) Pagamento de Tributos	909.698,30	789.174,58
(-) Pagamento de Ações Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	20.000,00	150.000,00
(-) Pagamento de Aluguel	69.428,17	68.915,98
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	0,00	44.525,00
(-) Aplicações Financeiras	16.713.694,36	11.847.613,51
(-) Outros Pagamentos Operacionais	3.369.860,04	1.533.605,94
Σ Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-1.096.630,79	-1.388.641,19
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	19.045,36	18.130,64
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	0,00	26.737,68
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	0,00	9.600,00
Σ Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	-19.045,36	-54.468,32
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	0,00	0,49
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	5.268,58	2.213.362,00
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	4.914.295,71	320.690,80
(-) Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	0,00	282.643,09
(-) Pagamento de Amortização – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	2.105.656,61	547.775,09
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	1.116.240,40	288.067,02
Σ Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	1.697.667,28	1.415.568,09
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	581.991,13	-27.541,42
Resumo		
Caixa - Saldo Inicial	5.879,89	33.521,31
Caixa - Saldo Final	587.871,02	5.979,89
Ativos Livres no Início do Período	720.047,35	123.061,61
Ativos Livres no Final do Período	34.194,14	720.047,35
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES	-685.853,21	596.985,74

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Andrea Oliveira da Costa Almeida
Diretora Operacional e Representante Legal junto à ANS

SERGIO DE MELO
DUARTE:244606
13387

Assinado de forma digital
por SERGIO DE MELO
DUARTE:24460613387
Dados: 2024.04.08
10:12:26 -03'00'

Sérgio de Melo Duarte
CPF 244.606.133-87
CRC CE009566/O-5

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 2023 e 2022
(Expresso em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A INTERBRASIL Administradora de Benefícios e Sistemas de Saúde Ltda, pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade empresária limitada, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 11.980.614/0001-01, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE nº 3530057573-3 em 27/08/2021 por meio do protocolo 0.770.971/21-0.

A INTERBRASIL Administradora de Benefícios, tem por objetivo principal o desenvolvimento de atividades de operadora de planos de saúde, na modalidade de administradora de benefícios, estando sujeita à regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador da atividade, conforme dispõe a Resolução Normativa RN nº 196, de 14 de julho de 2009.

A INTERBRASIL Administradora de Benefícios tem seu registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 41.799-8, na modalidade de administradora de benefícios.

A INTERBRASIL Administradora de Benefícios, tem por modelo de negócios o desenvolvimento de produtos relacionados ao mercado de saúde suplementar para os mercados consumidores pertencentes especialmente às classes B, C e D, atuando em parceria com operadoras de planos de saúde com atuação nacional, regional, estadual e municipal, e ainda redes de distribuição locais.

A atuação capitalizada da INTERBRASIL Administradora de Benefícios, permite-lhe estar localizada em várias Unidades da Federação, permitindo-lhe pulverização de suas receitas recorrentes e maior previsibilidade de seu modelo de negócios.

A INTERBRASIL Administradora de Benefícios é uma Sociedade estruturada sob as melhores práticas de compliance e governança corporativa, tendo sua administração exercida por uma diretoria eleita pelos sócios fundadores da INTERBRASIL.

Destaca-se que no ano de 2023, a INTERBRASIL Administradora de Benefício, deu continuidade a reorganização societária, adequando o Estatuto Social a estrutura organizacional.

No âmbito da adoção das melhores práticas de governança corporativa e compliance, a INTERBRASIL Administradora de Benefícios, no exercício de 2023, continuou com a execução do planejamento estratégico fortalecendo sua estrutura operacional, quer seja na contratação de equipe interna, como também contratando assessoria especializada, na busca da excelência dos controles internos e de processos, com vistas ao crescimento de mercado.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis elaboradas são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro

(*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requeiram maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Sociedade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata.

2.2.2. Aplicação financeira vinculada às provisões técnicas - Ativo Garantidor

A aplicação financeira vinculada às provisões técnicas, dedicado ao setor de saúde suplementar, em atendimento a IN – ANS nº 203 de 2009, está disponível no fundo de investimento Santander FI ANS I RF Credito Privado, na carteira de Fundos Dedicados.

2.2.3. Instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A Sociedade determina a classificação de seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira restrita e contas a receber.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende de sua classificação, que poder ser realizada da seguinte forma:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

b) Empréstimos de recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos.

A mensuração subsequente de passivos financeiros depende de sua classificação, que poder ser realizada da seguinte forma:

a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. A Sociedade não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

b) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, no caso da Sociedade, compreendem empréstimos e financiamentos, fornecedores e débitos de operações de administração de benefícios.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

2.2.3.1 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.4. Contas a receber, Provisão para perdas sobre créditos e Contraprestações a repassar

Nas operações de administração de benefícios por meio de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros, a INTERBRASIL Administradora de Benefícios, efetua as operações de cobrança dos beneficiários e repassa às operadoras de saúde. As operações são reconhecidas no ativo “Contas a receber”, na contrapartida de “Contraprestações a repassar”, bem como ainda, nas contas de resultado referentes à taxa de administração.

A inadimplência verificada na carteira dos contas a receber da INTERBRASIL Administradora de Benefícios, considera as mensalidades vencidas há mais de 90 dias, conforme disposto no item 10.2.3.2 do anexo I da RN 435/2018.

A Administração entende que a provisão para créditos duvidosos calculados nos moldes descritos acima está em pleno atendimento às correspondentes práticas contábeis adotadas no Brasil, ao IFRS e a resolução da ANS.

2.2.5. Partes relacionadas

De acordo com a seção 9 do CPC 05 (R1), parte relacionada é a pessoa ou sociedade que possui relação com a Entidade que está elaborando as demonstrações contábeis. As transações com as partes relacionadas, tem na sua essência, transferência de recursos, serviços e ou obrigações.

2.2.6. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e eventuais valores residuais.

2.2.7. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados em menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

2.2.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As diferenças que por ventura existirem entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação são reconhecidas no resultado durante o prazo contratual e sua efetiva taxa de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante e diferido no passivo não circulante quando a operação é superior a 12 meses contados a data de encerramento das demonstrações contábeis.

2.2.9. Provisões para demandas judiciais

A Entidade pode responder por processos judiciais de natureza cível e tributário, especialmente em relação a beneficiários de planos de saúde. As provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando a Administração, por meio de sua assessoria jurídica, considerar “provável” o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa.

Quando a expectativa de perda é avaliada como “possível”, a descrição dos processos e montantes envolvidos passa a ser mencionada em nota explicativa. Passivos contingentes avaliados como “perdas remotas” não são divulgados.

2.2.10. Apuração do resultado

A Entidade adota o regime de competência do exercício com o reconhecimento das receitas, custos e despesas no período em que efetivamente ocorrerem, independentemente de seus recebimentos e pagamentos.

2.2.11. Tributos sobre os lucros

O regime de tributação adotado pela entidade é o lucro real anual com base na estimativa da receita, com levantamento de balancetes de suspensão ou redução dos impostos, cuja provisão do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, é constituída com base no regime de competência. Adicionalmente, a provisão dos tributos incidentes sobre o resultado, poderão ser ajustadas pelas adições e exclusões.

2.2.12. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB e posteriormente convertidas em Resolução pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Sociedade. Além disso, a ANS não se pronunciou quanto a adoção dessas normas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício iniciado em 1º de janeiro 2020 ou exercícios posteriores.

A Sociedade avaliou os impactos em suas demonstrações contábeis das novas normas e interpretações que serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021 no qual não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais

A administração financeira e a gestão dos riscos a ela associados, tem suas definições estratégicas realizadas pela Administração.

a) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas de liquidez para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento das metas orçamentárias e exigências regulatórias e legais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Sociedade, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

31 de dezembro de 2023					
Descrição	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo
Empréstimos e financiamento	5.269	-	-	-	5.269
Fornecedores	49.490	-	-	-	49.490
Contraprestações a repassar	1.385.307	-	-	-	1.385.307
	1.440.065	-	-	-	1.440.065

b) Risco de capital

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, detalhados na nota explicativa nº 10, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 5) e pelo patrimônio líquido, conforme segue:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	5.269	1.773.995
Caixa e equivalentes de caixa	622.065	5.880
Dívida líquida	616.797	1.768.066
Patrimônio líquido	3.730.406	1.234.370
Índice de alavancagem financeira	17%	143%

Sempre que necessário a entidade realiza ajustes na manutenção dos recursos próprios mínimos, conforme determinação da ANS. Recursos próprios mínimos representam o limite do Patrimônio Líquido, ajustado por efeitos econômicos, o qual deverá ser observado a qualquer tempo, de acordo com os critérios de Patrimônio Mínimo Ajustado – PMA e/ou Capital Base.

Patrimônio Mínimo Exigido representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ajustado por efeitos econômicos, conforme estabelecido na Resolução Normativa – RN 451 de 06/03/2020, alterada pela Resolução Normativa 461 de 04/11/2020, sendo o capital base calculado a partir do fator “K”, definido pelo enquadramento da entidade quanto a sua

classificação, segmentação e região de comercialização (de acordo com o Anexo I da RN 451), pelo valor do capital base estabelecido pela ANS (ajustado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), conforme demonstrado a seguir:

Apuração do Patrimônio Mínimo Exigido (PME)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(A) Fator K	4,37%	4,37%
(B) Capital Base	10.883.087	10.883.087
Patrimônio Mínimo Exigido (AxB)	475.591	475.591
Patrimônio Líquido Ajustado	3.636.048	1.064.041
Situação do PME	<u>3.160.457</u>	<u>588.450</u>

4. Principais estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve realizar julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A Administração adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Sociedade adotou estimativas e premissas que podem afetar as demonstrações contábeis.

As áreas que envolvem maior julgamento ou uso de estimativas mais relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: (i) Redução ao valor recuperável de ativos; (ii) Provisão para demandas judiciais e (iii) Provisão para perdas sobre créditos.

5. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	4.172	5.880
Bancos conta movimento	583.699	-
Aplicações de Liquidez Imediata	34.194	-
	<u>622.065</u>	<u>5.880</u>

6. Aplicações financeiras

Na posição de 31 de dezembro de 2023, a aplicação financeira da Empresa soma o montante de R\$ 50.000,00, representando o lastro para o ativo garantidor de acordo com a RN nº 392/2015 da ANS.

7. Contas a receber

Crédito de operações de planos de assistência a saúde	2023	2022
Créditos com Operações com Planos de Assist. à Saúde	1.365.758	2.642.675
Contratos Estipulados	53.444	247.347
Contratos Não Estipulados	1.037.052	2.395.328
Créditos com Operações de Assist. à Saúde	(205.738)	-
(-) Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC	-	-
	1.365.758	2.642.675

7.1. Destaca na rubrica de Créditos com Operações com Planos de Assistência à Saúde, a evidenciação do contrato celebrado entre a INTERBRASIL Administradora de Benefícios e a LIV Linhas Inteligentes de Atenção a Vida S.A., em conformidade com Cláusula Décima Segunda - Da carteira, vigência e acordo operacional, item 12.1, perfazendo o montante na posição de 31/12/2023 de R\$ 331.962,15.

7.2. A provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC, refere-se, substancialmente, à provisão para perdas com créditos vencidos decorrentes de operações de administração de benefícios coletivos por adesão, para os quais a Entidade assume o risco da inadimplência perante as operadoras de saúde suplementar. Verifica-se na posição de 31 de dezembro de 2023, a evidenciação do montante de R\$ 205.738,14.

8. Créditos Tributários e Previdenciários

Nesse Grupo de Créditos Tributários e Previdenciários, registra-se na posição de 31/12/2023, o montante de R\$ 42.956,04, refere-se ao saldo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e Imposto sobre Serviços - ISS, FGTS e CSRF que deverão ser recuperados no exercício seguinte.

9. Bens e Títulos a Receber

O Grupo de Título a Receber está evidenciado o montante de R\$ 1.325.665,51, decorrente das operações de adiantamentos a funcionários, adiantamentos a fornecedores e outros que serão realizados no exercício seguinte.

10. Imobilizado

Descrição	Taxa média de depreciação anual (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2023	2022
Terrenos	-	-	-	1.841.000	1.841.000
Instalações	10%	-	-308	2.515	2.823
Máquinas e Equipamentos	10%	-	-190	1.535	1.725
Equipamentos de Proc. Eletrônico	20%	20.987	-25540	81.730	86.283
Móveis e utensílios	10%	5.512	-4925	36.468	35.882
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	-	-	20.885	20.885
		26.499	-30.963	1.984.134	1.988.598

11. Intangível

Descrição	Taxa média de depreciação anual (%)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	
				2023	2022
Marcas Comerciais	-	651	-	6.257	5.606
Software	20%	-	30.966	79.730	110.696
		651	-30.966	85.987	116.302

12. Contraprestações a repassar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Repasse a operadoras - 2136 - Notas fiscais		
Liv Saúde	65.076	118.262
Hapvida	987.404	452.504
Cosampa	-	387
FiiBo	865	467,00
Contratos de Administração Empresarial	<u>331.962</u>	<u>1.905.807,00</u>
	1.385.307	2.477.427

13. Obrigações tributárias e encargos sociais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-
PIS a Recolher	2.840	2.573
COFINS a Recolher	17.474	15.831
Imposto sobre Serviços - ISS	10.201	7.728
Contribuição Previdenciária	32.990	28.721
FGTS a Recolher	<u>9.046</u>	<u>5.238</u>
	72.550	60.091
Imposto de Renda Retido na Fonte - Funcionários	6.875	9.149
Imposto de Renda Retido na Fonte - Terceiros	3.660	189
CSRF a Recolher	<u>262</u>	<u>246</u>
	10.796	9.584
Parcelamentos de Tributos		
Circulante	19.478	20.534
Não circulante	<u>5.029</u>	<u>25.011</u>
	24.507	45.545

A entidade reconhece o PIS e a COFINS pelo regime da cumulatividade, em conformidade ao parágrafo 9º B, art. 3º da Lei 9.718/1998.

Registre-se que o montante R\$ 24.507,00 decorrente dos parcelamentos, tem origem no exercício de 2020, quando a INTERBRASIL Administradora de Benefícios compôs o passivo fiscal e encargos sociais dos últimos 5 (cinco) anos, observado as operações do período, efetuando o parcelamento dessas dívidas, conforme demonstrando no quadro acima, os valores que foram provisionados no Curto Prazo e no Longo Prazo.

14. Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo

Nesses grupos estão evidenciados os recursos cuja origem foi empréstimos tomados pela Empresa. O montante registrado é de R\$ 5.268,58.

15. Débitos Diversos

O Grupo de Débitos Diversos está evidenciado o montante de R\$ 245.155,51, decorrente das operações de Obrigações com Pessoal no valor de R\$ 146.133,17, Fornecedores no valor de R\$ 49.489,67 e Outros Débitos a Pagar no valor de R\$ 49.532,67, que serão realizados no exercício seguinte.

16. Multas Administrativas - ANS

Registra-se o saldo de parcelamento na posição de 31/12/2023 das multas administrativas impostas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, distribuído em Curto e no Longo Prazo, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2023	2022
Circulante	18.245	33.653
Não circulante	10.947	26.670
	<u>29.191</u>	<u>60.323</u>

Provisão para demandas judiciais

No exercício de 2023, a INTERBRASIL Administradora de Benefícios possui os seguintes processos em curso oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, conforme manifestação da Assessoria Jurídica R. AMARAL ADVOGADOS:

Número da Ação	Polo	Natureza da Ação	Comarca	Valor da Causa
0051283-81.2021.8.06.0164	Ativo	Cível	São Gonçalo do Amarante / CE	1.281.342
0821968-44.2023.8.20.5004	Passivo	Cível	Natal / RN	10.000
0013305-13.2021.8.19.0066	Passivo	Cível	Volta Redonda / RJ	125

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 2.068.156,00, distribuídos entre os acionistas proprietários de ações ordinárias.

Registra-se que durante o exercício de 2023, a Entidade procedeu com a integralização de capital, evidenciado na rubrica de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC, no montante de R\$ 359.288,50.

17.2. Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC

Nesse Grupo, o saldo da rubrica Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC, na posição de 31/12/2023 é R\$ 4.776.331,62, o qual será utilizada para incorporação ao Capital Social no decorrer do exercício seguinte.

18. Demonstração do Resultado do Exercício

	2023	2022
Receitas com Operações de Assist. à Saúde	5.627.588	4.836.099
Tributos Diretos sobre Operações de Assist. à Saúde	-361.463	-326.704
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE ASSIST. A SAUDE	5.266.125	4.509.395
Receitas de Assist. à Saúde não Realcionadas com Planos	13.725	75.372
Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC	(205.738,14)	0
Despesas com Comercialização	-3.986.086	-1.383.690
Despesas Administrativas	-3.440.080	-3.384.997
Outras Despesas Operacionais	-13.167	0
Resultado Financeiro Líquido	-211.928	-201.613
Receitas Financeiras	144.242	42.422
Despesas Financeiras	-356.170	-244.035
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	-2.371.411	-385.533
Imposto de Renda	-	0
Contribuição Social	-	0
RESULTADO LÍQUIDO	(2.371.411)	(385.533)

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, foram apurados conforme legislação em vigor, observado o disposto no Decreto Nº 9.580/2018, que regulamenta a tributação, a arrecadação, a fiscalização do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, bem com as legislações subsidiárias. Observa-se que não há evidenciação de IRPJ e da CSLL em função do resultado do exercício.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

19. Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	-2.371.411	-385.533
Depreciação e amortização	61.929	50.442
Provisão para perdas sobre créditos	-205.738	0,00
Rendimento de aplicação financeira	-32.524	-20.489
Variações que afetaram ao resultado negativamente	1.232.958	625.956
	-1.314.786	270.376
(Aumento) diminuição das contas do ativo:		
Contraprestações pecuniárias a receber	-1.276.917	-808.477
Aplicações financeiras	-670.047	576.497
Créditos tributários e previdenciários	8.792	-30.235
Bens e títulos a receber	888.093	427.645
Despesas diferidas	0,00	1.724.310
	-1.050.079	1.889.739
Aumento (diminuição) das contas do passivo:		
Débitos de operações de assistência à saúde	1.092.120	-430.100
Tributos e contribuições a recolher	7.366	5.305
Débitos diversos	1.881.565	-3.095.622
Pagamentos de IR e CSLL	0,00	-28.390
	2.981.050	-3.548.807
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	616.185	-1.388.691

20. Eventos Subsequentes

Em observância as normas contábeis vigentes, que dispõe sobre os divulgação de eventos subsequentes para o cenário atual, a Entidade acompanha os acontecimentos e informa que não teve impactos econômico-financeiros significativos em seus negócios até o encerramento do exercício.

Ressalte-se que a Administração da Entidade demonstra acuidade para o grau de incerteza que aumentou para muitas projeções, em que só poderão ser mensuradas nos exercícios seguintes, gerando impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, quer sejam relevantes ou não. Até o presente momento, a Operadora não teve seu fluxo de caixa operacional afetado, haja vista que seu fluxo de recebimentos e pagamentos estão seguindo curso normal dos negócios.

Quanto os aspectos operacionais, com base na melhor informação disponível, a Operadora está tomando as medidas preventivas para mitigar qualquer eventual impacto, desde o relacionamento com os beneficiários, fornecedores, colaboradores e *stackholders*, bem como, observando as medidas adotadas pelo Governo Federal e Estadual.

Andrea Oliveira da Costa Almeida
Diretora Operacional e Representante Legal junto à ANS

SERGIO DE MELO Assinado de forma digital
DUARTE:2446061 por SERGIO DE MELO
3387 DUARTE:24460613387
Dados: 2024.04.08
10:14:51 -03'00'

Sérgio de Melo Duarte
CPF 244.606.133-87
CRC CE009566/O-5